

ATA DE CONFERÊNCIA PROCEDIMENTAL (CP)¹
(por videoconferência)
Plano de Pormenor do Alfamar e Envolvente (PPAE)
Câmara Municipal de Albufeira

Data e Hora 26.08.2024 10h30	Local Videoconferência	Referências processuais 25.05.03.00004.2010 PP-08.01.01/1-10 PCGT - ID 1068
------------------------------------	---------------------------	--

Peças em análise na CP	Proposta de Plano (junho2024) Relatório Ambiental (maio 2024)
------------------------	--

Entidades convocadas através da PCGT – ID 1068

Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Algarve (APA/ARH)	Zélia Martins
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)	Carina Coelho
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, IP (CCDR)	Jorge Eusébio Ana Costa Isabel Neves
Direção-Geral do Território (DGT)	Não compareceu, mas submeteu parecer na PCGT
Turismo de Portugal, IP	Marta Lazana

Entidades convidadas

Câmara Municipal de Albufeira	Eduardo Viegas Elisabete Grade
Equipa do Plano	Nuno Pina Teresa Correia Eduardo Gonçalves Rodrigues Carla Oliveira Gonçalo Mártires Carolina Carminé

A conferência procedimental, realizada por videoconferência, decorreu com seguinte ordem de trabalhos:

1. Abertura da reunião com breve nota sobre o objeto da mesma;

¹ No âmbito do n.º 3 do artigo 86.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) – DL n.º 80/2015, de 14.05, na redação atual.

2. Esclarecimentos da Câmara Municipal;
3. Posição das entidades sobre os documentos em apreciação;
4. Conclusões.

1. Abertura da reunião com breve nota sobre o objeto da mesma.

O representante da CCDR Algarve, Arq Jorge Eusébio, Diretor da Unidade de Ordenamento do Território², abriu a reunião, e fez uma breve nota explicativa sobre o objeto e a forma de funcionamento da mesma.

Seguiu-se a identificação dos representantes das entidades participantes, encontrando-se garantida a legitimidade para vincularem os respetivos serviços e entidades, uma vez que a tramitação do presente plano decorre na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT).

2. Esclarecimentos da Câmara Municipal relativamente às questões suscitadas

O representante da Câmara Municipal de Albufeira fez uma apresentação sumária dos objetivos que o município se propõe atingir com o Plano de Pormenor do Alfamar e Envolvente.

3. Posição das entidades:

Entidades	Posição manifestada
APA/ARH	<p>Foi carregada, na PCGT, a informação n.º I011300-202408-ARHLG:DPI, de 05.08.2024, com despacho de 22.08.2024 com o seguinte teor:</p> <ul style="list-style-type: none">- Quanto à proposta de plano, posição favorável condicionada, à correção do Regulamento, Planta de Implantação e Planta de Condicionantes, retificando aspetos pontuais do Relatório, tal como explanado no ponto 3, da citada informação, dando a devida atenção às questões relacionadas com:<ul style="list-style-type: none">a) As servidões administrativas e restrições de utilidade pública (identificação e representação);b) Os recursos hídricos subterrâneos (área crítica para a extração de água subterrânea);c) A conformidade do PPAE com o PGRI da RH8 recentemente aprovado (expressão territorial e respetivo normativo);d) As Faixas de Salvaguarda para Terra - proteção às arribas (atualização da representação, implicando a devida adequação das disposições aplicáveis);e) A fundamentação do número proposto para o estacionamento público de apoio à praia.f) As características construtivas dos acessos à orla costeira, com particular atenção aos que ocorrem em Faixas de Salvaguarda para Terra (proteção às arribas), de modo a permitir a distribuição dos utentes pelas praias

² No uso da delegação de competências decorrente do Despacho do Sr. Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P., Arq. José Pacheco, exarado a 22/08/2024, sobre a I02710-202408-INF-ORD, da mesma data.

	<p>deste troço costeiro e a possibilitar às pessoas com mobilidade reduzida aceder, em segurança, à praia do Alfamar;</p> <p>Quanto à proposta de Exclusões no âmbito do RJREN, posição favorável condicionado, atendendo à necessidade de melhor fundamentar as exclusões C1 e E1.</p> <p>Quanto à Avaliação Ambiental Estratégica, considera-se que, a serem atendidas as sugestões e recomendações mencionadas no ponto 5. do presente parecer e respetivo Anexo, se encontram reunidas as condições para o desenvolvimento do RA a sujeitar a consulta pública, pelo que se emite posição favorável condicionado.</p>
ANEPC	<p>Quanto à proposta de plano, posição favorável, com recomendações, nos termos do ofício n.º OF/5259/CREPC02/2024, de 25.07.2024, inserido na PCGT.</p> <p>Quanto ao Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica, posição favorável condicionada, nos termos do suprarreferido ofício.</p>
CCDR, IP	<p>Relativamente à proposta de plano, posição desfavorável, nos termos do despacho de 22.08.2024, exarado sobre a informação n.º I02710-202408-INF-ORD, de 22.08.2024, e respetivos anexos (a qual foi inserida na PCGT), pelas razões expressas naquela informação, nomeadamente, no ponto V/5.1., no que respeita à aplicação do PROT Algarve, com as recomendações constantes do ponto IV / 4.1., 4.2., 4.3., 4.4., 4.5., 4.6., 4.7. e 4.9., designadamente no que respeita à aplicação do RJIGT e da respetiva legislação complementar.</p> <p>Relativamente ao relatório de Avaliação Ambiental Estratégica, emite-se posição favorável, com as recomendações identificadas no ponto IV/ 4.8. da supracitada informação e da informação n.º I02630-202408-INF-AMB de 14/08/2024.</p> <p>Relativamente à REN, não se aceita a Exclusão E1 nos termos do ponto IV/ 4.9.1. da citada informação e da informação n.º I02592-202408-INF-ORD, de 12/08/2024, emite-se posição favorável condicionado.</p>
DGT	<p>Posição favorável, nos termos do ofício n.º S-DGT/2024/5976, de 30.07.2024, inserido na PCGT, devendo ser corrigido o requisito 2.15 de 2. Cartografia.</p>
Turismo de Portugal, IP	<p>Posição favorável condicionada, nos termos do Ofício n.º SAI/2024/8726/DRO/DEOT/SS, de 06.08.2024 e da Informação de Serviço n.º PROP/2024/3784[DRO/DEOT/ML], inseridos na PCGT, à retificação das questões de legalidade, de conformidade com IGT e de cariz técnico, conforme identificadas na parte IV e melhor fundamentadas na parte III, do respetivo parecer.</p> <p>O Plano deve, ainda, ponderar as demais questões identificadas na parte III, do mesmo parecer.</p>

4. Conclusões

Face à posição transmitida pelos representantes das entidades presentes e dos pareceres emitidos à proposta do PPAE e à AAE, em apreciação, em resultado desta Conferência Procedimental conclui-se que:

- a) **A proposta do PPAE em apreço não reúne condições para prosseguir**, com fundamento no parecer emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, IP (CCDR), devendo a Câmara Municipal observar este e ponderar as demais condições/ recomendações indicadas nos pareceres das entidades consultadas;
- b) Relativamente **ao Relatório Ambiental** conclui-se pela **emissão de posição favorável condicionado**, devendo a Câmara Municipal ponderar as condições/ recomendações indicadas nos pareceres das entidades consultadas.
- c) Relativamente **à Reserva Ecológica Nacional, é emitido posição favorável condicionado**, não se aceitam as Exclusões E1 e C1, nos termos dos pareceres emitidos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, IP (CCDR) e Agência Portuguesa do Ambiente/ Administração da Região Hidrográfica do Algarve (APA/ARH)

E nada mais havendo a referir, o representante da CCDR deu por encerrada a conferência, tendo sido lavrada a presente ata, passando a mesma a ser lida e aprovada pelos intervenientes presentes por videoconferência, e a ser assinada pelo representante da CCDR Algarve, com acordo dos demais intervenientes na reunião.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

(Jorge Eusébio)

Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Algarve

(Zélia Martins - por videoconferência)

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

(Susana Pais - por videoconferência)

Turismo de Portugal, IP

(Marta Lazana - por videoconferência)

Câmara Municipal de Albufeira

(Eduardo Viegas - por videoconferência)